

Acordo, o caminho para apressar a Carta

BRASÍLIA — Sentar à mesa de negociações e buscar o entendimento é o procedimento consagrado pelos líderes partidários e de grupos, como o único capaz de possibilitar a votação da nova Constituição. Com exceção do PT e do PC do B, que parecem apostar no impasse, as reuniões em busca de acordos tornaram-se uma prática cotidiana na Constituinte, sob a supervisão do Presidente, Ulysses Guimarães, e comandadas pelos negociadores do Centrão e pelo Líder do PMDB, Senador Mário Covas.

A certeza de que sem as reuniões prévias a votação em plenário poderia se arrastar indefinidamente ficou clara para os líderes no primeiro dia de votação. Sem condições de aprovar o Preâmbulo, pois nenhum dos grupos conseguiu reunir a maioria absoluta dos votos para fazer prevalecer suas propostas, Ulysses não pensou duas vezes e instituiu os acertos prévios nesta fase decisiva da Constituinte.

Não fosse o desempenho irregular do painel eletrônico que atrasou as votações e o impasse na quinta-feira na definição do Direito à Propriedade, o plenário concluiria na semana passada o Capítulo dos

Direitos Individuais e Coletivos, do Título II, do Projeto de Constituição — Dos Direitos e Garantias Individuais. Mesmo assim, foram votados 37 dos 60 dispositivos do Capítulo, a maioria aprovada por mais de 400 votos, comprovando a eficácia dos acordos.

As reuniões ocorrem em clima de cordialidade. Nas que definiram os acordos para votar o Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, apenas 26 dos 60 dispositivos diferiam do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Após duas rodadas de negociações, na casa de Ulysses, no final da semana, seis pontos foram considerados inegociáveis. Os entendimentos continuaram ao longo da semana, dentro ou fora do plenário, e reduziram as divergências. Até agora, os constituintes decidiram no voto apenas duas questões: o que são crimes inafiançáveis e a proteção ao invento industrial.

Nas reuniões para definir os acordos sobre este Capítulo, o Centrão designou, como principal negociador, o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), o único que compareceu, sistematicamente, a todas as reuniões. Pelo PMDB, Mário Covas e o Deputado Nelson Jobim. Os demais partidos não designaram nego-

ciadores fixos. O PT tem sido representado com pelos Deputados Plínio de Arruda Sampaio e Wladimir Palmeira; o PDT, pelo Líder, Deputado Brandão Monteiro, e por Carlos Alberto Caó; pelo PCB tem respondido o Líder Roberto Freire e o PC do B compareceu a dois encontros representado pelo Deputado Aldo Arantes. O Senador Virgílio Távora representa o PDS e o "Grupo dos 32". E a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL) é presença assídua.

Os acertos feitos até agora privilegiam o texto da Sistematização. O que não significa, na opinião dos negociadores, que o Centrão esteja cedendo mais do que o esperado devido à sua condição de maioria. A explicação de Bonifácio é a de que o Centrão é muito dinâmico. E pode votar, como tem acontecido, com outros grupos em questões irrelevantes. Mas garante que nas substanciais, o grupo estará unido. Para Bonifácio, os centristas votarão fechados, por exemplo, em todas as matérias que digam respeito à defesa da livre iniciativa. E nestes dispositivos o grupo contará com o apoio de outros segmentos moderados que não assinaram as emendas do Centrão.

Nem todas as lideranças têm carta branca para negociar

BRASÍLIA — O Líder do PMDB, Mário Covas vai para as reuniões sabendo de antemão os acordos que Está autorizado a fechar em nome dos seus liderados. A liderança do PMDB preferiu antecipar-se às reuniões de lideranças, promovendo discussões prévias entre os principais articuladores do partido, em que definem até onde a bancada aceita negociar. Ao contrário, os representantes dos pequenos partidos, principalmente os de esquerda, têm procuração restrita e precisam submeter as decisões às bancadas. Por isso, pelo menos o PT e o PC do B, acabam por não cumprir aquilo que foi combinado.

No caso do Centrão, a tarefa de Bonifácio de Andrada é delicada, porque segmentos do grupo, resistentes à prática da negociação, costumam criar problemas, como ele admite. Mas o argumento de que o grupo nem sempre pode contar com a maioria absoluta dos votos em plenário tem conseguido dissuadir os defensores da disputa.

Até agora, a única restrição à prática dos acordos foi levantada pelo Líder do Centrão, Ricardo Fiúza. Embora concorde ser este o

melhor caminho para votar a nova Constituição, ele pode observar que muitos integrantes do grupo não estão compreendendo a mecânica do plenário. E queixa-se de que, ao tomar conhecimento de que os acordos estão sendo feitos, muitos constituintes optam por não comparecer às votações, prejudicando a atuação do grupo que precisa contar com 280 constituintes em plenário para garantir as propostas centristas, nas matérias onde as divergências superam o entendimento.

Nesta primeira rodada de negociações, os acordos conseguiram aproximar para o entendimento o Centrão, o PMDB ligado a Covas, uma parte do MUP — setor peemedebista independente — o PDS, PFL e o PCB. O PDT comportou-se de forma irregular. Mas o PT e o PC do B iniciaram as votações marcando posição: não cumpriram os acordos. No meio da semana, entretanto, o PT cedeu e passou a votar com a maioria, quando os acordos em plenário resultaram em ganhos que seus dirigentes consideram fundamentais para o partido.